



Papéis e atribuições de intérpretes educacionais da rede municipal de ensino de Palhoça/SC

Késia Venson¹
kesiavenson20@gmail.com
Matheus Lucas de Almeida²
matheus.lukas.a@gmail.com

RESUMO:

O presente trabalho reflete acerca do trabalho realizado por intérpretes educacionais e analisa a influência dessas profissionais no processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos. O artigo trata-se de um estudo de caso de caráter qualitativo e analisa legislações, percepções e experiências de três intérpretes educacionais que atuaram, em 2021, na Rede Municipal de Palhoça - SC. Albres, Lacerda e Tuxi são alguns autores que dão suporte às reflexões aqui propostas. Os resultados mostram que a prática interpretativa está interligada com a ação pedagógica e que são necessárias discussões acerca das regulamentações existentes e mudanças no contexto escolar.

PALAVRA-CHAVE:

Intérprete educacional;
Educação inclusiva;
Educação de surdos;
TILSP.

¹ Instituto Federal de Santa Catarina

² Universidade Católica de Pernambuco

1 Introdução

A atuação dos tradutores e intérpretes de Libras-língua portuguesa (TILSP) em determinado período da história não era reconhecida como uma profissão. Segundo Aguiar (2006, p.76), “suas atividades eram entendidas como voluntárias, um ‘dom de Deus’, sem qualquer aspecto formal”. Desse modo, os trabalhos eram realizados em instituições religiosas informalmente por amigos e familiares que conviviam com os surdos com o intuito de evangelizá-los.

Quadros (2004), por exemplo, pontua que a valorização desse profissional se deu na medida em que os surdos foram conquistando o exercício de sua cidadania. Assim, o envolvimento dos surdos nas discussões sociais foi crucial para a profissionalização dos TILSP.

De acordo com a autora (ibid.), outro fator imprescindível neste processo foi o reconhecimento da língua de sinais como língua natural da comunidade surda. Afinal, uma vez que a língua de sinais começa a ser reconhecida como língua, os surdos passam a ter direitos de acesso a ela, isto é, ela se torna um direito linguístico desses sujeitos. Por conseguinte, as instituições tornam-se obrigadas a promover a acessibilidade com o suporte dos TILSP.

No Brasil, o reconhecimento da língua brasileira de sinais se deu somente em 24 de abril de 2002 com a Lei Nº 10.436 que, conforme Quadros (2004, p.16),

representa um passo fundamental no processo de reconhecimento e formação do profissional intérprete da língua de sinais no Brasil, bem como, a abertura de várias oportunidades no mercado de trabalho que são respaldadas pela questão legal.

Sendo assim, a presença dos TILSP passa a ser garantida em sala de aula, possibilitando ao educando surdo se comunicar em Libras nos diferentes níveis de escolarização. O regulamento da profissão do TILSP ocorreu com a Lei 12.319, de 1º de setembro de 2010 (BRASIL, 2010). Em relação às atribuições desse profissional, no artigo 7º a lei prevê:

Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

- I - pela honestidade e discricção, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;
- II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;
- III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;

- IV - pelas posturas e condutas adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;
- V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;
- VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

Tendo em vista que esta pesquisa tem como foco o TILSP no ambiente escolar, acreditamos ser necessário conhecer o papel que esse profissional exerce nesse contexto, afinal, como pontua Lacerda (2011, p. 17), “o professor regente é o responsável pelo processo de ensino aprendizagem e o intérprete educacional deve estar atento para não invadir o espaço de referência na sala de aula, quando na relação alunos surdos e ouvintes”. Todavia, os intérpretes educacionais não apenas interpretam os conteúdos em sala de aula, visto que, normalmente, participam de todo processo de ensino dos educandos surdos.

Além disso, devido às múltiplas subjetividades encontradas em cada discente, esses profissionais precisam intervir e realizar escolhas na interpretação de modo a tornar o ensino mais significativo para esses alunos, desenvolvendo estratégias para garantir, de fato, a aprendizagem.

Ao observarmos a realidade dos intérpretes educacionais, é possível perceber que o seu papel em sala de aula se distingue do que indicam os documentos oficiais. De acordo com a Lei 12.319, que regulamenta a profissão do TILSP, o profissional deve apenas interpretar e atuar de forma neutra e imparcial. Todavia, tendo em vista as diferentes peculiaridades dos educandos surdos e os diferentes contextos que eles vivenciam, são necessárias maiores discussões acerca dessa regulamentação.

De acordo com Tuxi (2009, p. 29), por exemplo, o TILSP desempenha no ambiente educacional inúmeras funções, entre elas:

[...] ensinar língua de sinais, atender as demandas pessoais do aluno, cuidados com o aparelho auditivo, atuar frente ao comportamento do aluno, estabelecer uma posição adequada em sala de aula, atuar como educador frente a dificuldade de aprendizagem, entre outras.

Por estarmos inseridos no ambiente educacional e observarmos as angústias dos intérpretes educacionais no cotidiano escolar, acreditamos que seja importante realizar maiores investigações na academia acerca dessa realidade. Nossa formação, atuação e parceria junto aos intérpretes educacionais fez com que observássemos as diversas dificuldades encontradas no trabalho no ambiente escolar, o que nos fez considerar relevante investigar os contornos que se apresentam na atuação desses profissionais.

Não é atípico que esses profissionais desempenhem papéis que não são de sua responsabilidade, mas dos professores, o que sinaliza a necessidade da realização de estudos acerca desse contexto com o objetivo de produzir subsídios que ajudem a modificá-lo. Nesse sentido, buscamos responder ao seguinte questionamento em nosso estudo: quais funções os TILSP assumem diante dos diferentes contextos presentes em três escolas da rede municipal de Palhoça? Para tal, descrevemos e analisamos o relato de três TILSP que atuaram, no ano de 2021, no município de Palhoça acerca de estratégias utilizadas por elas na interpretação no espaço educacional, além disso, também realizamos reflexões acerca de documentos oficiais que legislam e regulamentam a profissão dos TILSP no país.

2 Metodologia

Este artigo é resultado do trabalho de conclusão de curso da especialização em Tradução e Interpretação de Libras/Português do Instituto Federal de Santa Catarina - Campus Palhoça Bilíngue. A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso que possui uma abordagem qualitativa. De acordo com Gray (2012, p.14) “[...] os estudos de caso podem ser um meio poderoso de explorar situações em que haja incerteza ou ambiguidade com relação ao fenômeno e ao evento.” A opção por esse tipo de pesquisa ocorreu, pois o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa empírica que investiga um fenômeno presente dentro de uma determinada realidade, em que as delimitações entre os fenômenos e o contexto não estão definidas de modo claro; como ocorre no caso da atuação dos TILSP da rede municipal de Palhoça/SC.

Desse modo, tendo em vista investigar a percepção dos intérpretes educacionais em relação aos seus papéis exercidos no ambiente escolar e comparar com o que as diretrizes do MEC definem como função dos intérpretes, dois instrumentos foram utilizados para a coleta de dados, a saber: coleta de documentos e realização de entrevistas.

Em um primeiro momento, os materiais bibliográficos e documentais foram levantados com o objetivo de realizar reflexões sobre algumas diretrizes do MEC direcionadas aos intérpretes educacionais, investigando o que se tem definido acerca de suas funções. Em seguida, foi produzido um questionário semiestruturado que foi respondido por três TILSP que trabalharam em 2021.1 na Rede Municipal de Palhoça.

As intérpretes A e B, assim nomeadas com o intuito de preservar suas identidades, são efetivas da rede Municipal de Palhoça e atuam no 6º ano do ensino

fundamental II, e a intérprete C trabalha atualmente em caráter temporário no 8º ano do Ensino Fundamental II.

O questionário foi elaborado seguindo as orientações de Gray (2012), para quem esse instrumento deve ser o mais objetivo possível, buscando compreender valores, percepções e os interesses dos entrevistados. Dessa forma, as perguntas da pesquisa buscaram compreender as percepções das entrevistadas em relação à sua função, as estratégias efetivadas por elas e as dificuldades enfrentadas no momento da atuação.

O questionário foi inserido na plataforma *Google Forms* e enviado às participantes. Por conseguinte, as respostas foram analisadas em “busca de semelhanças e diferenças por meio de comparações temáticas entre unidades de dados” (RYAN; BERNARD, 2003, p.7). O questionário foi elaborado com 7 perguntas que podem ser verificadas na análise e discussão dos dados a seguir.

3 Papéis e atribuições dos intérpretes educacionais

De acordo com Albres (2015, p. 11), a atuação do TILSP “no campo da educação de surdos é recente e sua conceituação impõe a necessidade de análise de seus contornos e designações no espaço escolar”. Todavia, poucos autores dialogam acerca da percepção dos intérpretes educacionais em relação a sua função exercida em sala de aula.

Segundo as diretrizes instituídas pelo Ministério da Educação, “o intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais na educação, intermediando as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes” (BRASIL, 2003, p. 59). Pode-se perceber que está incluída nas diretrizes do MEC uma concepção predominante de que tradução-interpretação se restringe à transmissão dos conteúdos em sala de aula, dissociando o intérprete de qualquer vínculo com a atividade pedagógica e considerando que sua função se resume apenas a intermediar as relações.

Os documentos oficiais pontuam o que é ou não atribuído ao intérprete ao exercer a sua profissão, mas não expressam as adversidades presentes no ambiente escolar, na vivência do intérprete e na inclusão do aluno surdo.

As definições contidas nos documentos que mencionam o TILSP no país (BRASIL, 1997; BRASIL, 2003; BRASIL, 2005; BRASIL, 2007; BRASIL, 2010) não indicam que o intérprete educacional deva realizar atividades voltadas ao pedagógico. Além disso, propõem que esse profissional não desenvolva qualquer atividade criativa e/ou um trabalho de parceria com o professor regente, como é possível observar em

citações retiradas de documentos do MEC que afirmam que “compete ao intérprete: Interpretar somente” (BRASIL, 1997, p. 307) e que “sua função é unicamente a de mediador da comunicação (BRASIL, 2007, p. 49)”, resumindo a função do TILSP exclusivamente a comunicar e interpretar de uma língua para outra.

A tradução e a interpretação no contexto educacional não devem ser vistas como meras reproduções literais e neutras, isso porque uma vez que são reconhecidas desta forma é dispensado qualquer envolvimento pedagógico por parte do intérprete. A interpretação realizada precisa ser norteada pelos princípios e pela subjetividade do tradutor-intérprete, pois

[...] não considerar o intérprete um educador é uma ficção (distante da prática). A ficção está impossibilitando de haver ensino inclusivo fora do jogo de linguagem, assim na aprendizagem mediada o processo identificatório está na relação aluno-intérprete, e só nesta relação, de uso de linguagem, o conhecimento se torna possível (ALBRES, 2015, p. 54).

A comunidade escolar é constituída por um conjunto de imensa diversidade. Os professores, intérpretes e alunos se diferenciam em vários aspectos, como a região do país em que vivem e as diferentes origens socioeconômicas e culturais que possuem; fatores que influenciam nos modos de conduzir a interpretação em sala de aula. Dessa forma, é imprescindível estar atento aos variados níveis de conhecimento linguístico e de mundo que os educandos surdos possuem.

De acordo com Lacerda (2010, p. 149), é importante ao TILSP:

[...] conhecer as características de cada faixa etária dos alunos; refletir sobre as características da Libras usada por crianças, jovens e adultos, conhecer como se organizam os conteúdos curriculares a serem trabalhados com os alunos nos diferentes níveis e as metodologias mais utilizadas para ensinar em cada um deles.

No ambiente educacional, o intérprete encontra-se envolvido no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo, visto que além de mediar as relações, medeia a aprendizagem. Processo que ocorre não apenas em momentos formais, mas também com o envolvimento em conversas e trocas de informações com esses sujeitos (LACERDA, 2009).

O intérprete educacional interpreta a fala do professor com palavras/sinais e desenvolve estratégias para garantir a aquisição do conhecimento ao educando surdo. Nesse processo, o professor trabalha em parceria com o intérprete trazendo os conteúdos de modo a atender as especificidades de todos os alunos em sala de aula.

É no processo de reflexão do intérprete, da elaboração do seu discurso interior, que vai produzindo sentido do discurso do professor, vai compreendendo que conhecimento é este a ser disponibilizado aos alunos em sala de aula e vai assim funcionando como mediador para a aprendizagem do aluno surdo, um complexo processo que requer o trabalho com a linguagem, sendo justamente a língua de sinais o instrumento que proporcionará ao aluno surdo condições adequadas de inserção social (ALBRES, 2015, p.83).

Desse modo, o intérprete produz seus próprios enunciados, a fim de promover subsídios ao educando surdo que proporcionem condições para garantir a sua aprendizagem e inserção na sociedade. Sendo assim, o “processo de mediação linguística enunciativo-discursiva em espaço educativo a aprendizagem do aluno surdo perpassa pela atuação do intérprete” (ALBRES, 2015, p. 93).

Diante do exposto, percebe-se que alguns pesquisadores entendem que a atuação do intérprete educacional transcende o processo de tradução-interpretação, visto que, como sinaliza Albres (2015), eles incentivam o aluno a participar das aulas, complementam informações, asseguram que as questões metodológicas sejam garantidas no planejamento do professor etc.

É de suma relevância enfatizar a necessidade de desenvolvimento de um trabalho de parceria entre professor e intérprete para que seja possível discutir acerca das aulas e das especificidades dos alunos surdos. Ao conhecer seus alunos de modo holístico, o professor pode utilizar metodologias e recursos que garantam o aprendizado de todos os educandos.

O intérprete, nesse processo, poderá discutir com o professor acerca dos recursos visuais que serão utilizados em sala de aula como, por exemplo, vídeos, imagens, slides, maquetes etc. Todavia, é necessário bastante atenção para essa relação, tendo em vista que a legislação prevê que o intérprete educacional pode atuar apenas com o ensino médio concluído. Nesses casos, como ele poderia discutir com o professor acerca dos recursos pedagógicos utilizados? Ademais, ainda que o intérprete possua graduação em tradução e interpretação, o currículo dos cursos de graduação específicos para formação de TILSP não possuem nenhum indício de formação pedagógica para o intérprete. Então, mesmo o TILSP graduado na área poderá opinar nas aulas do professor de modo totalmente leigo.

De acordo com Campello (2008, p. 20), “a língua de sinais brasileira inscreve-se no âmbito da visualidade e, sem dúvidas, encontra na imagem uma grande aliada junto às propostas educacionais relacionadas à educação de sujeitos surdos”. Em

vista disso, constatamos a importância de os educadores incluírem em suas práticas pedagógicas metodologias e recursos visuais que garantam o aprendizado do surdo.

Conforme Lacerda (2011), a utilização da visualidade na prática pedagógica é indispensável, pois o visual pode gerar conhecimentos, bem como formas de assimilação da cultura para os estudantes surdos. Assim, professores e intérpretes podem cooperar para a exploração de recursos e metodologias visuais, colaborando com a ampliação dos interesses desses alunos, viabilizando a aquisição do conhecimento e a abstração do pensamento imagético. Todavia, é importante que outras potencialidades sejam exploradas e que as aulas para alunos surdos não se resumam apenas a recursos visuais.

Outro fator relevante a ser mencionado é a formação dos tradutores-intérpretes educacionais. Afinal, esse profissional muitas vezes não possui formação pertinente para atuar nos diversos componentes curriculares. Em contrapartida, é importante considerarmos que a formação do intérprete não depende de conhecer os componentes curriculares, mas sim, de dominar estratégias específicas de tradução e de interpretação e saber aplicá-las em diferentes contextos. Seguindo essa lógica, do mesmo modo que não é necessária uma formação em direito para atuar como intérprete jurídico, não seria necessária uma formação pedagógica para atuar no contexto educacional, ainda que seja importante conhecimento acerca das questões e especificidades inerentes a esse contexto.

Sendo assim, diálogo e planejamento em conjunto com o professor regente possibilitam sanar dúvidas sobre alguns conceitos, assim como saber o objetivo que o professor almeja atingir com os seus educandos. Ao ter acesso prévio ao conteúdo a ser trabalhado e aos conceitos envolvidos, o intérprete pode planejar o discurso a ser interpretado, elaborar estratégias e refletir sobre os sinais e os classificadores que serão utilizados, o que favorece a produção dos enunciados em Libras e a compreensão do aluno do que está sendo proposto.

Além disso, é imprescindível refletir sobre a formação do profissional que atua no âmbito educacional. De acordo com Albres (2015), é primordial a formação para tradutores-intérpretes no curso de Letras-Libras (bacharelado), pois ela possibilita uma sólida formação em aspectos que norteiam a tradução e interpretação. A autora (ibid.) destaca que

[...] se faz importante a formação do intérprete educacional sobre as esferas da atividade escolar, sobre os gêneros discursivos e os papéis de seus interlocutores, como também sobre os conteúdos a serem trabalhados nas diferentes disciplinas escolares e conhecimentos das práticas pedagógicas, como também da pedagogia visual inerente ao desenvolvimento do aluno surdo no cotidiano escolar (ALBRES, 2015, p. 46).

Percebe-se, então, que a escola é um ambiente diferenciado no qual se exige do tradutor-intérprete educacional competências específicas, tendo em vista que esse profissional precisa desenvolver, além das competências tradutórias, saberes pedagógicos acerca do processo de ensino e aprendizagem dos alunos inseridos naquele espaço.

4 Da teoria à prática: relatos de intérpretes educacionais da cidade de Palhoça/SC

Os intérpretes educacionais atuam na tradução e na interpretação em diversos contextos e situações do ambiente educativo. Conforme Albres (2015, p. 46),

os intérpretes atuam na mediação da fala do outro ouvinte (professor e colegas) quando da interpretação de português para Libras e da fala do outro surdo (aluno incluído) quando da interpretação de Libras para o português oral ou escrito. Os interlocutores ouvintes e surdos precisam do serviço de interpretação por não compartilhar da mesma língua. Todavia, nem toda atuação do intérprete educacional é de mediação da “fala dos outros”, por vezes, desenvolve ações para mediação pedagógica, com fins de ensino ao aluno surdo, sendo ele mesmo o enunciador (ALBRES, 2015, p.76).

Em relação ao papel do intérprete em sala de aula, se verifica que ele assume uma série de funções, influenciando diretamente no processo de ensino e aprendizagem dos surdos. Para compreender as atribuições exercidas por esse profissional no ambiente escolar, realizamos um questionário que foi disponibilizado no *Google Forms* e enviado aos participantes da pesquisa.

O questionário foi elaborado visando coletar os dados descritivos na linguagem própria do sujeito. Sendo assim, foram selecionadas sete questões com o intuito de conhecer e compreender melhor como se delineia a atuação do intérprete nas salas de aula da cidade de Palhoça/SC. Em seguida, buscamos interpretar as respostas dadas pelas entrevistadas, analisar e comparar com a bibliografia levantada

1) É possível atuar de forma neutra e imparcial?

Para as intérpretes, é impossível atuar de forma neutra e imparcial. De acordo com a Intérprete B,

os intérpretes em sala de aula assumem diversas funções, como realizar a mediação entre o surdo e os ouvintes, ensinar língua de sinais, complementar informações, orientar os alunos com relação às atividades,

atuar de forma colaborativa ao seu desenvolvimento interpessoal etc. (INTÉRPRETE B).

Analisando a Lei nº12.319, que regulamenta o exercício da profissão do tradutor e intérprete de Libras, no artigo 7º, inciso V, percebemos que ela se contrapõe à realidade vivenciada pela intérprete, pois regulamenta que o intérprete deve exercer sua profissão “pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir” (BRASIL, 2017, p.1).

De acordo com Lacerda (2005, p. 366), “a questão central não é traduzir conteúdos, mas torná-los compreensíveis para o aluno”. Desse modo, podemos afirmar que é preciso observar as características dos alunos, a faixa etária e as suas dificuldades para realizar uma interpretação cultural que possibilite o aprendizado dos educandos.

Como pontua a intérprete C, “em virtude dos diferentes perfis de alunos surdos, necessitamos realizar diversas atividades para além de interpretar”. À vista disso, podemos compreender que o intérprete educacional pode acabar assumindo a função de educador, visto que o processo de interpretação e de ensino e aprendizagem estão conectados.

Entretanto, conforme a intérprete A, exercer a função de educador não significa ser responsável pelo ensino do educando surdo. Afinal, “há uma transferência de responsabilidades para o intérprete de Libras que são funções específicas do professor” (INTÉRPRETE A).

É preciso compreender que o professor exerce o papel de ensinar, de elaborar o planejamento e ofertar recursos que atendam as especificidades de cada educando. O intérprete, por sua vez, realizará não apenas a codificação e decodificação das informações, mas irá construir e produzir sentidos ao discurso do professor, fazendo com que o aluno compreenda o tema abordado, complementando com informações, usando descritores imagéticos³ etc.

Portanto, é preciso envolver o intérprete em todo planejamento escolar, tendo em vista favorecer a intermediação do conhecimento.

II) Você participa do processo de ensino-aprendizagem do educando surdo? Como? Cite exemplos.

Todas as intérpretes entrevistadas afirmaram que participam do processo de ensino e aprendizagem do educando surdo, visto que utilizam “estratégias tradutórias para complementar a interpretação e garantir a aquisição do conhecimento como, por exemplo, realizar acréscimos linguísticos, descritores imagéticos, explicações, entre outros”. (INTÉRPRETE A)

A intérprete C ainda acrescentou que “no momento da interpretação, por conhecer o nível de aquisição linguística do surdo, muitas vezes, complementamos

³ De acordo com Campello (2008, p. 159 apud SEGALA, 2010, p. 365), descrições imagéticas “é um novo termo utilizado para se referir ao que ainda é chamado na língua de sinais de classificadores”. De acordo com a autora (ibid.) “as descrições imagéticas estão mais intimamente relacionadas com uma ‘representação’ visual do mundo, das coisas, das relações, dos conceitos”.

aquilo que o professor está falando, usamos classificadores, mostramos imagens, entre outros recursos” (INTÉRPRETE C).

Percebemos que o intérprete atua como mediador e educador no contexto escolar, visto que “o processo de ensino e aprendizagem passa pelo intérprete educacional; que tem uma visão holística de todo o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo” (MARTINS, 2006, p. 161). Dessa forma, por conhecer a língua e a cultura do educando surdo, esse profissional atua como mediador de informações e do conhecimento.

III) Como é a relação entre professor e intérprete em sala de aula?

Segundo a intérprete C, “muitos professores colocam toda responsabilidade do aluno surdo para os intérpretes”. Acreditamos que essa prática afeta o progresso de um proveitoso trabalho pedagógico, pois interfere na atuação do intérprete educacional tendo um reflexo direto nas atividades desenvolvidas em sala de aula e na aprendizagem do educando surdo.

Conforme a intérprete A, “o professor e o intérprete educacional são a rede de apoio do aluno surdo, pois ambos trabalham para o desenvolvimento deste aluno. O intérprete deve sugerir elementos visuais para que o aluno surdo possa se apropriar do conhecimento”. O uso de recursos visuais, como desenhos, imagens, mapas, vídeos, maquetes, devem ser incluídos à prática pedagógica dos educadores em todos os componentes curriculares, pois amplia o interesse dos alunos, gera debates e propicia reflexões acerca de novos conceitos; todavia, o ensino para esses alunos não deve se limitar a esses elementos.

Como pontua Aguiar (2020, p. 259), “o desenvolvimento do surdo se dá através da Libras, e o aprendizado por meio da experiência visual e cultural”. Assim, o professor e o intérprete educacional devem trabalhar em parceria, apresentando recursos visuais que possam contribuir para construção de sentidos e significados de todos os estudantes da classe.

Lacerda e Polleti (2004, p.15) afirmam que “a questão da falta de um planejamento conjunto, de um trabalho em equipe e de uma concepção mais clara do que signifique aceitar um aluno em sala de aula também interferem significativamente no trabalho das intérpretes”. Concluímos, então, que para que o intérprete realize uma interpretação de qualidade - que possibilite a aquisição de conhecimento por parte do educando surdo - é de suma importância o envolvimento de toda a comunidade escolar.

Por conseguinte, a equipe pedagógica precisa dialogar com os professores para que disponibilizem os planejamentos antecipadamente e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) da escola necessita refletir acerca dos recursos que serão utilizados em sala de aula, realizando as adaptações metodológicas necessárias em prol do desenvolvimento de todos os educandos. Logo, percebe-se que todos necessitam trabalhar colaborativamente com o intérprete para conhecer a comunidade surda e, a partir disso, desenvolver um trabalho de qualidade.

IV) *Você apenas interpreta ou precisa elaborar estratégias para garantir a compreensão do conteúdo pelos alunos surdos? Cite alguns exemplos das estratégias utilizadas.*

Apenas interpretar, muita das vezes não é o suficiente para o aluno entender o que está sendo abordado. A maioria dos surdos possuem pais ouvintes, conseqüentemente se comunicam através de gestos e sinais caseiros. Se o intérprete apenas interpretar aquilo que está sendo explicado necessita criar meios que atendam às suas necessidades, criando estratégias que possibilitem o seu pleno desenvolvimento. (INTÉRPRETE C).

Percebemos que apenas a interpretação simultânea não é o bastante para garantir o aprendizado dos surdos, são necessários tipos diferentes de interpretação como, por exemplo, a interpretação semiótica. Para a intérprete A, “se faz necessário utilizar estratégias na interpretação em língua de sinais, usando a visualidade, os classificadores, os sinais icônicos para auxiliar na melhor visualização daquilo que se pretende transmitir”. Além disso, ela acrescenta que “é imprescindível usar recursos e estratégias, como imagens, vídeos, tecnologias como celular, miniquadro branco, imagens e vídeos do assunto”.

O uso de recursos tecnológicos é um direito garantido pelo decreto nº. 5.626/2005. Em seu art. 14, §1º, inciso VIII, o decreto afirma que as instituições de ensino devem “disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva”.

Os recursos, por sua vez, são os materiais pelo qual as aprendizagens do currículo serão repassadas. Para Freitas (2007, p. 21), os recursos ou tecnologias educacionais, “são todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino, visando à estimulação do aluno e à sua aproximação do conteúdo”. Sendo assim, a escola deve ofertar recursos como livros didáticos, livros literários, vídeos em libras, tecnologias e outros instrumentos que explorem a visualidade, uma vez que esses materiais são as principais formas de ensino e alicerces na educação. Portanto, é de suma importância utilizar e implantar em sala de aula recursos e materiais didáticos que propiciem ao aluno surdo o seu pleno desenvolvimento.

V) *Você tem acesso prévio ao planejamento elaborado pelos professores? Elabora em conjunto com os professores? Caso sim, quais suas percepções sobre essa relação? Se a resposta for não, como você lida com a interpretação sem o acesso prévio aos planejamentos das aulas?*

Ter acesso prévio aos conteúdos possibilita que o intérprete se prepare com antecedência, desenvolva e construa os conceitos de modo mais aprofundado e conte com materiais que lhe deem suporte no momento da atuação. Entretanto, essa não é a realidade vivenciada pela maioria dos intérpretes, visto que os profissionais não elaboram os planejamentos em conjunto com os professores e nem todos recebem os planejamentos antecipadamente.

A intérprete C relata que “no ensino fundamental I é mais fácil conseguir que os professores enviem os temas que serão abordados, mas a partir do fundamental

II, nós, intérpretes, pedimos e pouquíssimas vezes somos atendidos”. Acreditamos que isso ocorra pelo fato de os professores do ensino fundamental I (1º ao 5º ano) terem um tempo maior com a turma e com o intérprete, o que facilita a troca de ideias e informações. Em contrapartida, no fundamental II (6º ao 9º ano) há professores específicos para cada componente curricular. Sendo assim, o tempo com os alunos e com os intérpretes é reduzido, o que dificulta a troca de saberes e o contato com os alunos.

Segundo Lacerda (2009, p.75),

a atuação do intérprete inicia anteriormente mesmo ao momento da aula, o intérprete precisa ser acolhido como membro da equipe pedagógica, tendo acesso ao programa curricular da classe em que interpreta e compartilhar com o professor das estratégias pedagógicas que o professor adotará em suas aulas para desenvolver o ensino-aprendizagem dos alunos.

Analisando a colocação de Lacerda (2009), percebemos que o acolhimento do intérprete pela comunidade escolar é imprescindível para que esse possa exercer um trabalho de qualidade e, conseqüentemente, possibilitar o pleno desenvolvimento dos educandos. A intérprete A relata que

Para garantir uma boa interpretação e para compreensão do aluno, é preciso que o intérprete faça parte do planejamento do professor e tenha acesso aos conteúdos antecipadamente, visto que é indispensável ter tempo para se preparar, estudar os conceitos, buscar conhecimento acerca do repertório lexical e contribuir na escolha dos recursos visuais.

Contudo, devido à falta de acesso prévio aos planejamentos, os intérpretes necessitam elaborar meios para garantir ao surdo a aquisição do conhecimento. A intérprete B relata que utiliza o celular e o computador de uso pessoal, visto que “há muitos conceitos que necessitam de imagens para complementar o aprendizado do estudante surdo”. Percebe-se, então, a importância do uso de materiais visuais com esses alunos, pois, como sinaliza XXXX (2021), devido ao caráter visual-espacial da língua de sinais, os surdos possuem uma maior facilidade na compreensão de materiais que explorem o visual durante sua aprendizagem; processo que pode ser facilitado com o uso de tecnologias.

VI) *A escola oferece apoio e disponibiliza materiais para atender as especificidades linguísticas dos educandos surdos?*

O uso de materiais didáticos elaborados em prol do desenvolvimento integral do sujeito surdo necessita ser implementado no interior de todo o ambiente escolar. De acordo com a intérprete B, a escola no qual atua “sempre atende a demanda por alguns materiais para atendimento em Libras”.

Embora seja imprescindível oportunizar no cotidiano escolar do educando surdo materiais que atendam às suas especificidades, as intérpretes A e C vivenciam uma realidade diferente da intérprete B. Ambas relatam que a escola não disponibiliza recursos para atender às especificidades linguísticas e culturais dos

surdos. Segundo a intérprete C, “na biblioteca, são raras as vezes que se encontra material bilíngue. Jogos e outros materiais para auxiliar no ensino, também são pouquíssimas as escolas que disponibilizam. Até mesmo a internet, para pesquisar imagens e vídeos, é de má qualidade”.

De acordo Almeida et al. (2018, p. 137):

Os estudantes surdos, no âmbito escolar, necessitam de adaptações para que a aprendizagem tenha sucesso. Trabalhar com materiais diferenciados proporciona acessibilidade, concentração, desenvolve habilidades e deste modo atinge o raciocínio lógico e a autoconfiança desses discentes.

Estes educandos, além de suporte tecnológico, necessitam que toda equipe pedagógica apoie e respeite suas condições linguísticas, para que possam potencializar sua aprendizagem e alcançar os objetivos e competências necessárias na educação.

A escola na qual a intérprete A atua conta com a presença do AEE, o qual tem a função de ofertar recursos adaptados que auxiliem o aluno na classe regular. Segundo a intérprete A, “o AEE da escola procura auxiliar, sempre que possível, nas atividades escolares, entretanto, possuem poucos recursos que atendam as especificidades linguísticas dos alunos surdos”. Entendemos que a escola deve possibilitar o acesso e permanência dos alunos surdos, o que exige oferecer um ensino de qualidade e um AEE que possua recursos favoráveis ao ensino dos surdos.

VII) Quais as adversidades encontradas no momento da sua atuação?

As intérpretes A e B mencionam que encontram adversidades na falta de materiais adaptados para o educando surdo “sendo necessário o intérprete buscar ferramentas adaptadas em Libras e utilizar seus próprios materiais, como notebook, internet” (INTÉRPRETE A). Aragão e Costa (2017, p. 7) afirmam que “a escassez de materiais didáticos visuais, que possam auxiliar os alunos surdos, é outro problema encontrado por muitos educandos”. Consequentemente, a escassez de materiais didáticos influencia negativamente na aprendizagem, visto que materiais que explorem o visual, como jogos, maquetes, imagens, vídeos, entre outros, viabilizam o desenvolvimento pleno de todos os discentes.

Conforme a intérprete C, é preciso “parceria, materiais adaptados, professores que trabalhem juntos na elaboração do material que visem atender o educando surdo”. O intérprete e o professor devem trabalhar em parceria para proporcionar a apropriação de competências, habilidades e conhecimento em cada área de estudos e propiciar a interação entre os alunos surdos e ouvintes para garantir a inclusão.

Mediante a pesquisa realizada com as três intérpretes educacionais de Palhoça/SC, foi possível perceber que essas profissionais não apenas se sentem mediadoras dos professores e alunos, mas também participantes do processo educativo, pois desempenham forte influência no trabalho desenvolvido na escola. Ademais, adequam a linguagem de acordo com o conhecimento de mundo do educando e complementam com informações e recursos imagéticos, tendo em vista propiciar melhores condições de aprendizagem ao sujeito surdo.

4 Conclusão

A presente pesquisa interessou-se em conhecer e analisar as funções e as especificidades que envolvem a prática de três TILSP de escolas da Rede Municipal de Palhoça/SC. Em vista dos argumentos apresentados, percebemos que as TILSP exercem não somente a função de mediadoras linguísticas, mas também de mediadoras pedagógicas.

Com a análise das entrevistas realizadas, pode-se constatar que os sujeitos da pesquisa elaboram diversas estratégias para deixar o conteúdo acessível ao educando surdo. Entre as estratégias utilizadas pelas profissionais, estão o uso de acréscimos linguísticos, de descritores imagéticos, de imagens, vídeos, entre outros recursos visuais que permitem a aquisição do conhecimento do educando surdo.

O TILSP precisa se preparar com antecedência e contar com recursos que deem apoio no momento da interpretação. Sendo assim, os professores precisam atuar de forma colaborativa com esses profissionais, disponibilizando os materiais antecipadamente, apresentando os conceitos e objetivos que serão utilizados na aula e escolhendo recursos que possam ajudar a atender a todos os alunos. Essas ações permitem a inserção do intérprete em sala de aula e possibilita que esse profissional construa estratégias para uma interpretação mais sólida e envolvida com as habilidades a serem trabalhadas.

Além disso, percebe-se que a equipe do AEE necessita refletir e discutir com os intérpretes e professores acerca dos recursos que serão utilizados em sala de aula com os alunos surdos, realizando adaptações metodológicas, disponibilizando livros, jogos e outros materiais em Libras. A escola, por sua vez, necessita ter um maior conhecimento sobre as peculiaridades da cultura surda, conhecer a realidade do educando surdo e as suas dificuldades a fim de incluir esse aluno e proporcionar o seu pleno desenvolvimento.

Dado o exposto, é importante que os profissionais da educação reconheçam suas atribuições para que juntos possam colaborar de maneira significativa para o desenvolvimento das habilidades, competências e potencialidades dos educandos surdos.

Entendemos a limitação da pesquisa devido ao número de participantes que compuseram o corpus do estudo, contudo, nota-se a necessidade de formação específica (talvez, em nível de pós-graduação) para a atuação dos intérpretes educacionais. Além disso, é imprescindível rever a legislação e os documentos legais, refletir e construir novos discursos acerca das atribuições do intérprete e ampliar as

possibilidades para a interpretação a fim de atender as especificidades de cada sujeito surdo.

Referências

AGUIAR, E. de B. Fe. Atribuições e reflexão sobre o papel do intérprete educacional. **Revista UNILUS Ensino e Pesquisa**, v.17, n.48, p. 256-265, jul./set. 2020.

ALBRES, N. de A. **Intérprete Educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva**. São Paulo: Harmonia, 2015.

ALMEIDA, T. A.; VOLPE, B. B.; FRASSON, A. C. Materiais didáticos elaborados como objetos de aprendizagem: Produtos educacionais para estudantes surdos no ensino regular. **REPPE: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ensino**, Cornélio Procópio, v. 2, n. 2, p. 135-148, 2018.

ARAGÃO, C. G. G. de; COSTA, W. Ch. Lima da. O ensino de química em libras: dificuldades na aprendizagem de termos químicos por alunos surdos. In: IV CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Anais do IV CPEE**, 18 a 20 de outubro de 2017 – UNIFESSPA/Marabá-PA.

BRASIL. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez. Formação Continuada a Distância de Professores**. Brasil, SEESP/ SEED/ MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aeeda.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 02 março de 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial, Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos** - O tradutor e intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: MEC; SEESP, 2003.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial: Educação de Surdo**. Brasília: MEC/SEESP, 1997. Disponível em: <www.educadores.diaadia.pr.gov.br>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2020.

CAMPELLO, A. R. **Aspectos da visualidade na educação de surdos**. 2008. 245 f. Tese (Doutorado de Educação) - Curso de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CAMPELLO, A. R. **Pedagogia Visual na Educação de Surdos**. Tese Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

FREITAS, O. **Equipamentos e materiais didáticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007

GRAY, D. E. **Pesquisa no Mundo Real**. Porto Alegre: S.A, 2012.

LACERDA, C. B. F. de; POLETTI, J. E. **A escola inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete de língua de sinais.** In: 27º reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação, Caxambu, 2004.

LACERDA, C. B. F. de. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** Porto Alegre: Mediação, 2009.

LACERDA, C. B. F. de. **O intérprete de Língua de Sinais em sala de aula: experiência de atuação no ensino fundamental.** Itajaí: Contrapontos, 2005.

LACERDA, C. B. F. de. Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, n.3, p. 481-496, dez. 2011.

LACERDA, C. B. F. de. **Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos.** In: V Seminário Nacional em Pesquisa em Educação Especial: Formação de professores em foco, Pelotas, 2010.

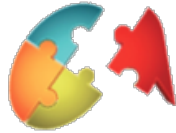
MARTINS, V. R. Implicações e conquistas da atuação do intérprete de língua no Ensino Superior. **Educação Temática digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p.157-166, jun. 2006.

QUADROS, R. M. de. **O tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa.** Brasília: MEC/SEESP, 2004.

RYAN, G.W.; BERNARD, R.H. Techniques to Identify Themes. **Field Methods**, 15, 85-109, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/1525822X02239569>

SEGALA, R. R. **Tradução Intermodal, intersemiótica/interlinguística: português escrito para a língua de sinais.** Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

TUXI, P. **A atuação do Intérprete Educacional no Ensino Fundamental.** 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Pós-graduação em Educação. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.



Roles and attributions of educational interpreters from the municipal educational system of Palhoça/SC

ABSTRACT:

The present work reflects on the work of educational interpreters and analyzes their influence on the teaching and learning of deaf students. It is a qualitative study, and we analyze legislations and the perceptions and experiences of three educational interpreters who worked in 2021 in the Municipal Educational System of Palhoça - SC. Albres, Lacerda and Tuxi are some authors who support the reflections proposed here. The results indicate that interpretive practices are interconnected with pedagogical action, and that it is necessary to promote discussions about laws and decrees, and changes in the school system.

KEYWORDS:

Educational interpreter;
Inclusive education;
Deaf education;
TILSP.